

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DIFERENÇAS CULTURAIS: DISCUSSÕES SOBRE PRECONCEITO RACIAL E A LEI 10.639/03

RESUMO

Apresento neste texto uma das atividades que tenho desenvolvido com minhas turmas de graduação no curso de Pedagogia. Tal atividade tem como foco a discussão sobre a Lei 10.639/03, que trata do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira. Neste sentido, em termos de objetivos, a atividade busca abordar diferentes formas de preconceito racial; sensibilizar o grupo para as formas de preconceito em nosso cotidiano, focalizando o espaço da sala de aula; discutir o aprendizado que o grupo teve acerca da África; apresentar propostas de atividades práticas que busquem atrelar a discussão sobre o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira em consonância com reflexões sobre o racismo. Através da vivência de uma situação de segregação criada na turma, serão apresentadas reflexões sobre as diferentes formas de "apartheid" que podem se desvelar em nossas salas de aula, buscando partir de experiências já vividas pelo grupo para entrar em situações mais gerais.

Questionando nossa "democracia racial"

Luciana Velloso¹

Ao longo de minhas práticas pedagógicas enquanto docente da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tenho tido a oportunidade de lecionar, sobretudo nos primeiros períodos do curso de Pedagogia, com disciplinas integrantes do Departamento de Ciências Sociais e Educação. Exemplos são as disciplinas de Antropologia e Educação, Sociologia da Educação e Diversidade Cultural e Educação. Foi no contexto desta última que comecei a desenvolver uma atividade que busco realizar todos os semestres, no sentido de estimular a turma a pensar práticas à aplicabilidade da Lei 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira, além de diferentes práticas de segregação que existem em outras sociedades, mas também diferentemente presentes na nossa.

Em uma sociedade multirracial e pluricultural, como é o caso do Brasil, não podemos mais continuar pensando a cidadania e a democracia sem considerar a diversidade e o tratamento desigual historicamente imposto aos diferentes grupos sociais e étnico-raciais (GOMES, 2008, SISS, 2009). Deste modo, coloca-se a importância de trazeremos para o centro do debate a discussão acerca de uma suposta democracia racial na qual estaríamos imersos, percebendo para além desta narrativa, toda a criação do mito ou fábula das três raças que

¹ Professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPed/UERJ), financiamento da agência FAPERJ. Integrante do Grupo de Pesquisa "Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura". Mestra em Educação, Graduada em Pedagogia e História, também pela UERJ. E-mail: lucianavss@gmail.com

tem permeado o imaginário brasileiro durante séculos.

Ao tratar deste que se coloca como paradigma racial brasileiro, Gonçalves (1999) enfatiza que nossa “fábula” foi criada no final do século XIX, ressaltando que apesar de nossos conflitos, se pressupõe uma convivência cordial e harmônica entre os indivíduos que aqui viviam. A hierarquização racial em forma de pirâmide permitiria então a existência da figura do mestiço, figura intermediária que surge do encontro entre grupos distintos.

Nos anos de 1920 e 1930, a escola terá papel fundamental dentro da proposta de construção da identidade nacional brasileira, detentora de mitos fundadores, território bem demarcado, língua nacional e um povo que se sentisse parte integrante deste todo. A educação apresenta-se como responsável por preservar tradições, reforçar um passado que se desejava valorizar, sobretudo através de celebrações, festividades, exposições, livros didáticos, museus e mapas. Hoje, fazendo um exercício de analisarmos tais materiais publicados naquela altura, fica o exercício de pensarmos sobre o que tais narrativas emitiam e/ou omitiam.

A atividade parte da importância de compreendermos o fato de que o racismo e a desinformação sobre a ascendência africana no Brasil constituem sérios obstáculos à promoção de uma consciência coletiva que tenha como eixo da ação política a construção de uma sociedade justa e igualitária para todos os grupos étnicos e raciais desse país (BRASIL, SECAD/ME, 2003).

Justifica-se ainda a importância de destacar que as ações pedagógicas e práticas desenvolvidas na perspectiva apontada pela Lei são resultado de uma luta política em prol de uma escola e de um currículo que partam das diferenças, para que possam conferir-lhes visibilidade em um espaço historicamente tão marcado por perspectivas homogeneizantes. Nesse sentido, as pontes entre os aspectos legais e sua abordagem no contexto do espaço escolar são ressaltadas de forma explícita.

A Lei envolve mudanças de posturas por parte da escola: alunos/as negros e brancos com uma visão afirmativa que possa se constituir em instrumento para fortalecer o conhecimento da história e da cultura afro-brasileira. Neste sentido, em termos de objetivos entendo que a atividade busca: a) abordar diferentes formas de preconceito racial em locais como África do Sul e Estados Unidos, destacando distinções sobre a forma como foi se expressando no Brasil; b) sensibilizar o grupo para as formas de preconceito em nosso cotidiano, focalizando o espaço da sala de aula; c) discutir o aprendizado que o grupo teve acerca da África em seus respectivos processos de escolarização, no sentido de desconstruir eventuais estereótipos e reducionismos; d) apresentar propostas de atividades práticas que busquem atrelar a discussão sobre o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira, atrelada a reflexões sobre o racismo.

Entendendo que nossas aulas muitas vezes possuem tempos reduzidos, embora a realização da atividade tenha sido inicialmente pensada para durar uma aula, esta pode ser o eixo através do qual uma série de outras propostas poderão surgir, dependendo de uma série de elementos. Além disto, com as devidas adequações, pode ser também realizada em turmas de Ensino Médio (por exemplo, através de projetos interdisciplinares) com o propósito de abordar temáticas como segregação racial, movimentos sociais antirracistas, legislação e propostas de mudanças no ensino.

Metodologia

As aulas têm sido ministradas nos espaços convencionais das salas de aula da UERJ, mas há toda uma organização prévia do espaço de modo que, quando a turma chegar para a “aula”, já possam ser agrupados/as na medida em que forem entrando no local.

Iniciando com a discussão sobre “apartheid” na África do Sul, o grupo será dividido da mesma forma como se dá a divisão dos visitantes do “Museu do Apartheid”, recebendo cartões com os dizeres “BRANCO” e “NÃO-BRANCO”. Neste momento inicial o grupo será tratado de formas distintas (por exemplo, “NÃO-BRANCOS” não poderão ficar com seus celulares, sentarão na parte de trás da sala, com pouco espaço entre as cadeiras, não poderão falar durante o momento da simulação, não poderão comunicar-se uns com os outros... sob a pena de serem retirados para se sentar de costas para os demais), para que possam ter uma noção sobre como se dava a segregação racial naquele contexto sul-africano, que englobava todos os aspectos da vida cotidiana.



Figuras 1 e 2: Reprodução de cartões entregues aos alunos e alunas no começo da atividade, antes de entrarem na sala, para que se organizem de acordo com a divisão proposta.

É destacado o papel do ex-presidente sul africano Nelson Mandela como uma figura emblemática que buscou a mediação entre estes grupos até então cindidos. Um vídeo que exhibe imagens do próprio Museu² e relatos de seus visitantes consiste no pontapé inicial para contextualizar a proposta e fazer com que o grupo se sinta naquele ambiente, mesmo estando tão longe do mesmo.

Partindo da África do Sul, é feito um deslocamento para se discutir a questão do racismo na América do Norte, especificamente os Estados Unidos, que também apresentava fortemente práticas segregacionistas. Neste momento é exibido um trecho do discurso de Marthin Luther King Jr., (“Eu tenho um sonho...”), que contextualiza a amplitude que o debate foi ganhando no contexto dos movimentos sociais dos anos de 1960 nos EUA. Feita esta discussão mais histórica, o foco se volta para o momento mais contemporâneo, em que se discute o tema da eleição do presidente Barack

² Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=yI7QQo19IG8> (Acessado em 03/01/2014)

Obama (que teve seu mandato iniciado no ano de 2009) e as mudanças que esta eleição pode (ou não) ter trazido em termos de mentalidade neste país.

Diante disto, passamos a discutir o caso brasileiro, a organização do movimento negro no país e, mais especificamente, a Lei 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira. Sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como uma medida de ação afirmativa que torna obrigatória a inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares da educação básica.

A Lei de 2003 consistiu em uma alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96). Foi compreendida como uma vitória das lutas históricas do Movimento Negro em prol da educação. No sentido de discutir propostas de práticas pedagógicas que contemplem a Lei, são apresentadas reflexões que visem sensibilizar o grupo para as diferentes formas de “apartheid” que podem se desvelar em nossas salas de aula, buscando partir de experiências já vividas pelo grupo para entrar em situações mais gerais.

Algumas considerações

Após o término de cada uma das aulas, sempre fazemos uma conversa para que cada um deixe suas impressões acerca de como foi a experiência de ter, de algum modo, vivenciado um dia de “apartheid” em sala de aula. Em geral, as turmas relatam terem se sentido “muito mal” com a divisão e com os interditos colocados aos que recebem o cartão “NÃO-BRANCO”. Já os/as que recebem o cartão de “BRANCOS”, apresentam opiniões divergentes, pois no começo relatam a animação pelos “privilégios” concedidos, mas no correr da aula, sentem-se mal pela situação dos/as colegas de grupo, com quem possuem grande afinidade, mas que estão “do outro lado”.

Neste momento de encerramento da aula, que denomino como “a ponte”, estimulo a turma a “atravessar a ponte” que segrega e separa uns dos outros. A ponte enquanto construção humana não está ali na sala, a ideia é a de que cada um deles/as possa ser esta ponte. As divisões se desfazem e a turma reflete junta, em círculo, sobre o “se colocar no lugar do outro” e o como fazemos de conta que vivemos em uma sociedade harmônica e igualitária, quando o que mais existem são estes múltiplos “apartheids” diários que segregam pessoas por sua cor de pele, por suas condições socioeconômicas, pelo local em que nasceram, por sua orientação sexual e por tantos outros motivos.

Em suma, tenho recebido ótimos retornos por parte do corpo discente, que relatam sobre a importância da aula na discussão de um tema que nos é tão caro, e ao mesmo tempo, tão pouco abordado. Por mais que já tenhamos mais de dez anos desde que a Lei de 2003 foi apresentada, sabemos que conquistas foram obtidas, mas ainda há muito o que se avançar, inclusive no que tange à formação docente para que possam melhor conhecer e utilizar o material que já foi produzido sobre o assunto. Enquanto profissional que atua junto a futuros/as educadores/as, fico muito grata ao saber que esta pequena atividade tem possibilitado o exercício reflexivo das turmas e, de minha parte, a convicção de que grandes mudanças não se fazem acompanhadas do constante exercício do diálogo, da reflexão conjunta e do aprendizado sobre e com o Outro.

Referências

BRASIL, **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPPPIR, jun. 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/ME, 2003.

GONÇALVES, M.A.R.; RIBEIRO.A.P.A.. (Org.). **História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012, v. 1.

_____. Brasil, meu Brasil brasileiro: notas sobre a construção da identidade nacional. In: _____. (org). **Educação e cultura: pensando em cidadania**. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O mundo negro: relações raciais e a contribuição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SISS, Ahyas ; MONTEIRO, Aloísio Jorge de Jesus (orgs.). **Educação, cultura e relações interétnicas**. Rio de Janeiro: Quartet: EDUR, 2009.